

TRABALHAR NA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL, LUGAR DE TRABALHO, QUAL TRABALHO?¹

WORKING AT THE PUBLIC UNIVERSITY IN BRAZIL, PLACE OF WORK, WHAT WORK?

Aparecida Neri de Souza²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre o trabalho docente nas universidades públicas estaduais do estado de São Paulo (Brasil), num duplo movimento de decomposição e recomposição do trabalho e do emprego. Questionam-se as diferentes faces das condições de trabalho e emprego de professores e professoras, incluindo salários, carreiras e proteção social, bem como os reflexos das mudanças nos direitos do trabalho quanto à organização, condições, conteúdo e sentido do trabalho docente na educação superior. Outras problemáticas a serem abordadas: o papel (in)direto de organismos internacionais e ideologias neoliberais sobre o direito do trabalho e a emergência de novas formas de regulamentação do trabalho e emprego docente; as políticas públicas e suas implicações sobre a reconfiguração do trabalho docente; a organização do trabalho docente no âmbito da “gestão enxuta”, do “gerencialismo” ou das “avaliações comparativas (*benchmarking*)”; os efeitos sobre a degradação das condições de trabalho e as performances produtivas docente; as adaptações, resistências e mobilizações coletivas dos docentes.

Palavras-chave: Relações de trabalho no setor público. Trabalho docente. Universidades públicas.

ABSTRACT

The paper analyses the teaching work in public universities of São Paulo, focusing both the breakdown and the recomposition of its structure. What are the labor conditions of the university professors, like salaries, careers and social protection? What are the impacts of the recent labor laws changings on university teaching work? What influences this work suffers from the neo-liberal guidelines of the international agencies, from the Brazilian norms concerning higher education, as well as from the lean management adopted in those universities? And what are the effects of all these orientations on the deterioration of labour conditions and on the professor performances? On the other hand, what are their possibilities of adaptation to the norms, of resilience and of collective mobilization?

Keywords: University teaching work. São Paulo universities. Breakdown and recomposition of the structure of work. Work condition. Work changings.

Neste texto, pretende-se analisar as condições nas quais o trabalho de professores e professoras se concretiza nas três universidades públicas estaduais de São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). Num sentido mais amplo, questiona-se o sentido social das mudanças no trabalho, considerando-se as formas que tais mudanças assumem na organização e condições de trabalho. E ainda que cada uma das universidades analisadas constitua uma configuração histórica e cultural (ELIAS, 1980), a identificação dos

¹ Texto apresentado no Seminário “L’enseignement supérieur et ses transformations”, dans le cadre de l’accord CAPES-COFECUB entre l’université de Campinas au Brésil et le Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris - Equipe Genre, Travail, Mobilité, em 27 de novembro de 2017.

² Socióloga, professora do Departamento Ciências Sociais e Educação, FE/UNICAMP, pesquisadora da linha de pesquisa Trabalho e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora PQ CNPq. Coordenadora (Brasil) do Acordo de Cooperação Científica Internacional Capes/Cofecub (processo no. 885/2017) entre o *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* (CRESPPA) e a UNICAMP. E-mail: anerisouza@uol.com.br.

processos que estruturam as relações de trabalho não pode ser reduzida aos particularismos de cada uma delas.

Da perspectiva teórica e metodológica, trata-se de uma análise dos significados das noções de modernização, precariedade e precarização do trabalho no setor público e, em especial, nas universidades. Essas noções questionam o papel das instituições públicas na estruturação e organização do trabalho de professores nas universidades. Como compreender a precariedade e as formas de precarização do trabalho? Somos desafiados a compreender os modos de ser da precarização que, desde o século passado, o mundo experimenta. A precarização do trabalho é simultaneamente um fenômeno novo e velho, diferente e igual. A precarização como um processo de institucionalização da instabilidade pode ser vivenciada ora como trabalho temporário, eventual ou intermitente, ora como questionamento do reconhecimento social no trabalho (BRESSON, 2012). Na pesquisa em desenvolvimento, tomo como referência quatro autores que analisam a precarização como estratégia de dominação: Danièle Linhart (2007a, 2007b, 2008, 2009, 2015), Richard Sennet (2001), Robert Castel (1998) e Ulrich Beck (2001).

Beck (2001) argumenta que a modernização é acompanhada pela ampliação da intensidade dos processos de individualização no mercado de trabalho. Por esta interpretação, a instabilidade seria inerente à dinâmica social e política das sociedades capitalistas contemporâneas. Sennet (2001) aborda os aspectos negativos das mudanças que são responsáveis pela deterioração das situações de emprego e de trabalho; e opõe dois universos que coexistem: o trabalho estável e protegido e o trabalho precário. Castel (1998) compreende que há uma multiplicação aleatória de formas de emprego desenvolvendo processos de vulnerabilidade social e ameaçando o fundamento da coesão social. Compreender a precarização como elemento central na nova dinâmica de desenvolvimento capitalista é compreendê-la como estratégia de dominação, no entendimento de Graça Druck (2011, p.43):

Força e consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum [...] [O consentimento] se produz a partir do momento em que os próprios trabalhadores influenciados por seus dirigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis.

Linhart (2008, 2009) discute um novo modo de ser da precarização, aquele que atinge os trabalhadores com empregos estáveis. Nesta direção, a precariedade do trabalho não é apenas a ausência de reconhecimento e de perspectiva de trabalho, mas o confronto com exigências cada vez maiores no trabalho e a preocupação permanente de estar em condições de atender às exigências. Assim, a precariedade, nos termos de Danièle Linhart, é vivenciada como sentimento difuso, de ser obrigado, em nome da autonomia e da responsabilização, a atingir objetivos e metas que intensificam de forma espetacular os ritmos de trabalho. Por vezes, a precariedade é traduzida pelos professores como ansiedade, medo, insegurança, sofrimento e mal-estar que conduzem ao estresse e ao adoecimento e se inscreve nas relações de trabalho ditas modernas.

No presente artigo, analisam-se, a partir da ótica de professores dirigentes sindicais e de textos produzidos pela ADUSP, ADUNICAMP e ADUNESP, as condições e relações de trabalho nas três universidades públicas do estado de São Paulo. Os professores entrevistados, pela sua atuação nos sindicatos, nos apresentam uma leitura macro sobre a organização e condições de trabalho nas universidades públicas estaduais de São Paulo.

1. A UNIVERSIDADE NO BRASIL: UMA BREVE NOTA

No Brasil, o sistema de educação superior divide-se em instituições públicas – federais, estaduais e municipais – e privadas. As instituições de ensino superior (IES) podem ser faculdades, centros universitários, institutos e universidades³. Há uma predominância de instituições de educação superior privadas tanto em quantidade de estabelecimentos como de estudantes. As políticas educacionais construídas pela ditadura civil-militar (1964-1985)⁴ no país promoveram um forte processo de privatização da educação superior, e tal movimento não foi interrompido pelos governos democráticos dos diferentes partidos⁵. Segundo Motta (2014), em 1964 estavam matriculados nas instituições de educação superior públicas 61,6% dos estudantes, em 1984 eram 40,8% e em 2016 eram somente 27,2%. No período entre 1995 e 2010 – governo Fernando Henrique Cardoso, marcadamente de corte neoliberal – houve um crescimento no total de matrículas na educação superior de 262,5%, sendo que no setor privado o crescimento foi de 347,1% e no setor público de 134,6%. Segundo Mancebo et al. (2015, p.33):

Se, por um lado, a expansão engendrada nas últimas décadas pode ser percebida como positiva por ampliar o acesso da população ao ensino superior, deve-se atentar para alguns efeitos perversos desse mesmo processo, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor para ampliar a valorização do seu capital com a venda de serviços educacionais.

Os dados do último Censo da Educação Superior informam que, em 2016 no Brasil, havia 2.407 instituições de educação superior (87,7% eram estabelecimentos privados) para um total de 8.052.254 estudantes, dos quais 72,8% estavam matriculados em uma instituição privada. No setor privado concentram-se as faculdades, centros universitários e institutos, enquanto que no setor público há uma predominância das universidades. Do contingente de 2.407 instituições de educação superior, havia, em 2016, somente 197 universidades (8,2%), das quais a maioria (54,8%) era pública. Esses dados evidenciam que o setor privado, no Brasil, investe fortemente em instituições de ensino superior não universitárias, que exigem uma menor alocação de recursos para pesquisas.

O Brasil está organizado em 27 unidades federativas, das quais 26 são estados e um distrito federal (onde fica localizada a capital do país), em todos os estados da federação há universidades públicas federais. O estado de São Paulo concentra 25% das instituições de ensino superior do país, 19,8% das universidades, 24,2% dos estudantes do ensino superior (dos quais 85,3% são estudantes em instituições privadas)⁶. Em 2016, São Paulo tinha 609 instituições de ensino superior, das quais somente 39 (1,56%) eram estabelecimentos universitários e destes 30 (76,9%) eram privados, situação diferente do país.

³ A estrutura do sistema educacional brasileiro consiste na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e na educação superior. Embora a legislação atribua responsabilidades de organização da educação infantil e ensino fundamental aos municípios, estes também atuam no ensino médio e superior; o mesmo ocorre com as unidades da federação (os estados). Portanto, no Brasil, municípios, estados e o governo federal atuam tanto na educação básica como na superior respondendo às pressões políticas clientelistas regionais.

⁴ Ainda que se considere 1985 como o marco para o final da ditadura civil militar, no período de 1985 a 1990 não houve eleições diretas para presidência da república.

⁵ Refiro-me aos governos eleitos diretamente pela população brasileira: Partido da Renovação Nacional (PRN) – Fernando Collor de Melo (1990/1992); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Itamar Franco (1992/1994) e Michel Temer (2016/atual); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – Fernando Henrique Cardoso (1994/2003); Partido dos Trabalhadores (PT) – Luis Inácio Lula da Silva (2003/2011) e Dilma Rousseff (2011/2016).

⁶ Ver Sinopse Estatística da Educação Superior referente a 2016 (atualizado em 04/04/2018 em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. (acesso em 11/07/2018)

No estado há três universidades federais⁷ – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do ABC (UFABC) – e quatro estaduais⁸ – Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)⁹; além de Faculdades, Institutos e Centros Universitários públicos estaduais e municipais.

O campo empírico da pesquisa, aqui apresentada, é o trabalho de professores nas universidades públicas no estado de São Paulo (UNESP, UNICAMP e USP), e como observamos acima a organização da educação superior em universidades não é o modelo dominante. As primeiras universidades no Brasil foram criadas no século XX. Segundo Oliveira (2009, p.11) “O Brasil é um país ‘tardio’: capitalismo tardio, independência tardia, abolição [da escravidão] tardia, industrialização tardia e ... universidade tardia. [...] nossas universidades principais são dos anos 20 e 30 do séc. XX”.

Os primeiros cursos superiores de engenharia e medicina foram implementados no início do século XIX¹⁰, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em consequência da invasão francesa em Portugal. Em vez de universidades, foram criadas faculdades e escolas para a formação profissional: Cirurgia e Anatomia na Bahia e no Rio de Janeiro, Academia da Guarda Marinha no Rio de Janeiro em 1808¹¹; engenharia no interior da Academia Militar no Rio de Janeiro em 1810; Agricultura em 1814; e Real Academia de Pintura e Escultura em 1814. Os cursos jurídicos foram criados em 1827 em Olinda (Pernambuco) e em São Paulo. Assim, as faculdades e escolas de medicina, engenharia e direito predominaram no ensino superior no Brasil. Segundo Ranieri (2013, p.79), foram “criados cursos e academias destinados fundamentalmente a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos”.

Na década de 1920, as primeiras universidades¹² resultaram da reunião das faculdades – Minas e Metalurgia, Odontologia, Arquitetura, Economia, Serviço Social, Jornalismo, Filosofia, Ciências e Letras. Havia fortes críticas à concepção de formação profissional centrada no ensino, em detrimento da pesquisa, presentes nessas primeiras universidades. Havia uma forte discussão sobre as relações entre universidade e suas funções no desenvolvimento da ciência e da pesquisa. Esse debate orientou a reforma educacional realizada na década de 1930 pelo governo, ainda provisório, de Getúlio Vargas¹³. Por esta reforma estava autorizado o funcionamento das Universidades. Assim, segundo nos diz Oliveira (2009, p.23), o “Brasil [...] é um caso paradoxal: tardio na criação da universidade, no entanto surpreendeu formando uma universidade laica, pública e gratuita em todos os estados da federação”.

2. AS TRÊS UNIVERSIDADES, OBJETO DA PESQUISA

A Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1934. Ancorada na concepção humboldtiana de universidade – matriz filosófica do idealismo alemão – ela expressava o projeto político da burguesia paulista de formação de lideranças políticas para garantir a

⁷ Criadas e mantidas pelo governo federal, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC).

⁸ Vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciências, Tecnologia e Inovação do estado de São Paulo, possuem autonomia financeira mediante repasse de recursos oriundos de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (9,57% da quota-parte estadual).

⁹ Na UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo – trabalham professores das outras três universidades para o ensino à distância.

¹⁰ No Brasil colonial não havia educação em nível superior.

¹¹ Em 1808 Napoleão criou a Universidade da França, em 1810 Humboldt criou a Universidade de Berlim.

¹² Universidades do Rio de Janeiro (1920), Minas Gerais (1927), Rio Grande do Sul (1934).

¹³ Reforma Francisco Campos (Ministro da Educação).

hegemonia do estado de São Paulo (SCHWARTZMAN, 2001; ANTUNHA, 1974; CARDOSO, 1982). Os fundadores da universidade pretendiam a formação tanto de professores para o ensino secundário quanto de pesquisadores para desenvolver uma “ciência desinteressada” (LIMONGI, 1988). No período de 1934 a 1942, trabalhavam na USP 45 professores estrangeiros – franceses, italianos e alemães – em diferentes campos do conhecimento. De acordo com Silva (2013): “A literatura memorialística e historiográfica que trata da criação da USP menciona a contratação de professores estrangeiros como aspecto fundamental na construção e consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que atuou como espinha dorsal da universidade”.

O projeto de modernização do país, compreendido como desenvolvimento industrial e urbanização, construiu uma nova concepção de docência na universidade brasileira: não se buscava mais o docente circunscrito às atividades de ensino, mas o docente-pesquisador, e assim proveu-se o incentivo aos programas de pós-graduação para alavancar pesquisas científicas. Atualmente, a USP está distribuída por oito cidades do estado de São Paulo, é composta por 42 unidades de pesquisa e ensino, 249 cursos de graduação e 239 programas de pós-graduação com 332 cursos de mestrado e 309 de doutorado. Há 58 mil estudantes de graduação e 28 mil na pós-graduação¹⁴. Trabalham na USP, segundo o Anuário Estatístico (ENGLER, 2014), 6.090 professores e 17.192 funcionários técnico-administrativos.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP) foi criada em 1976, resultante da incorporação de vários institutos de ensino superior do estado de São Paulo, situados em diferentes pontos do interior paulista. Atualmente está distribuída por 24 cidades do estado de São Paulo, possui 29 unidades de pesquisa e ensino, 155 cursos de graduação e 146 programas de pós-graduação com 255 cursos, somando 51.311 estudantes, sendo 37.700 na graduação e 13.541 na pós-graduação. Trabalham na UNESP 3.826 professores e 6.782 funcionários técnico-administrativos¹⁵.

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), criada durante a ditadura civil-militar em 1966, expressava na sua origem, simultaneamente, uma política autoritária e paternalista e os interesses da fração da burguesia industrial da região. Atualmente está distribuída por 3 cidades do estado de São Paulo e 24 unidades de ensino e pesquisa, possui 66 cursos de graduação e 153 cursos de pós-graduação. Trabalham na Unicamp 1.795 professores e 8.527 funcionários técnico-administrativos¹⁶.

A institucionalização da pesquisa na universidade brasileira acompanha a expansão dos programas de pós-graduação, com cursos de mestrado e doutorado, na sua maioria nas universidades públicas, a partir da segunda metade da década de 1960. (FIGUEIREDO e SOBRAL, 1991, p. 62). A participação das agências governamentais de fomento à pesquisa foi fundamental para o desenvolvimento das pesquisas nos programas de pós-graduação. Segundo HEY (2015, p. 235):

Em torno dos anos 1950 vivencia-se um momento de inflexão, caracterizado pela criação de grande aparato institucional para a pesquisa que se tem hoje, quase toda vinculada à estrutura universitária – CNPq/1951 e CAPES/195, FINEP/1967 – e, também pela formação de várias instituições de educação superior (...), ao mesmo tempo em que muitas áreas científicas criam suas sociedades (Física em 1966, Matemática em 1969, História em 1961).

Em 1951, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, foi criada a Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de formar pessoal especializado para alavancar o projeto de modernização e desenvolvimento do

¹⁴ Cf. em: <<http://www5.usp.br/institucional/a-usp>>. Acesso em 25 nov. 2016.

¹⁵ Cf. em: <<http://www.unesp.br/portal#!/apresentacao/perfil/>>. Acesso em 25 nov. 2016.

¹⁶ Cf. em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia>>. Acesso em 15 nov. 2016.

país. Responsável pelo Plano Nacional de Pós-Graduação, a CAPES, a partir de 1976, implementou um sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, denominado “sistema Capes de avaliação”, que inclui a qualificação e a dedicação dos professores aos cursos, bem como a produção científica e a formação de mestres e doutores. A CAPES, no biênio 1996/1997, introduz um novo paradigma de avaliação baseado em modelos econométricos, que avalia somente o que pode ser mensurado. Trata-se de um modelo de regulação, controle e acreditação dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), no qual a avaliação é realizada por professores indicados para este fim, acoplando-se ao financiamento, numa perspectiva produtivista e classificatória (SGUISSARDI, 2009; BIANCHETTI, 2009).

O modelo de avaliação da Capes tem reflexos sobre o trabalho dos professores, induzindo-os a se tornarem competitivos e produtivos, num contexto de disputas entre as universidades por recursos financeiros. Ao mesmo tempo em que os professores contestam os modelos de avaliação pautados na lógica da produtividade, eles se submetem às exigências para permanecerem vinculados aos programas de pós-graduação. Constrói-se uma sociabilidade produtiva, como uma nova forma de ser do professor-pesquisador (SGUISSARDI & SILVA JUNIOR, 2009, p. 47). As avaliações são realizadas quadrienalmente e exigem dos professores: (a) a produção e publicação de determinada média quadrienal de “produtos” científicos em periódicos ou editoras de renome¹⁷; (b) aulas na graduação e na pós-graduação; (c) pesquisa financiada por agências de fomento; (d) assessorias ou consultorias científicas; (e) atividades de pesquisa e intercâmbios com outros países; (f) palestras, conferências, seminários; (g) eventos científicos nacionais e internacionais. Essas avaliações, com notas de 1 a 7, definem os rumos dos programas de pós-graduação (permanência ou extinção, financiamentos, bolsas de estudo, entre outros) e a inserção dos professores nos programas de mestrado e ou doutorado. Os professores, segundo Bianchetti e Machado (2007), tornam-se reféns da produtividade. E segundo Mancebo et al (2015, p.39): a “oposição e resistência coletivas de todos a este quadro são difíceis, já que importantes segmentos universitários aderiram, pragmaticamente, à tese de que não se podendo reverter o processo em curso, deve-se atenuá-lo para si”.

As universidades públicas brasileiras são responsáveis por 81,8% dos programas de pós-graduação no país, dos quais 23% estão no estado de São Paulo. Em São Paulo, as universidades públicas são responsáveis por 72,9% dos programas de mestrado e/ou doutorado. Em 2013, havia no Brasil 219.987 estudantes nos programas de pós-graduação (84,5% nas universidades públicas); no estado de São Paulo eram 63.895 (80,6% nas universidades públicas)¹⁸. A graduação na educação superior no Brasil e em São Paulo é, predominantemente, privada, enquanto a pós-graduação é pública.

3. AS FORMAS PRECÁRIAS E FLEXÍVEIS QUE ASSUMEM O TRABALHO DE PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

A Constituição brasileira de 1988 (artigo 207) conferiu às universidades “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, assim como reafirmou o “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. No estado de São Paulo, a autonomia universitária foi conquistada, após uma longa greve em 1988, por meio do Decreto 29.589, de 02/02/1989. Na ocasião foi estabelecido que as universidades – USP, UNICAMP e UNESP – receberiam mensalmente o equivalente a 8,4% da quota parte estadual (QPE) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); em 1995, este percentual foi reajustado para 9,57%, permanecendo até os dias atuais. Segundo Minto

¹⁷ Os periódicos e livros são avaliados e classificados pela Capes, anualmente. Um periódico qualificado como “A-Internacional” representa somente 15% do total dos periódicos.

¹⁸ Cf. em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/estatisticas>>. Acesso em 03 nov. 2017.

(2008), o sistema de avaliação desenvolvido pela Capes afeta a autonomia didático-científica, pois induziria à produção de pesquisas em determinadas áreas em detrimento de outras. A autonomia universitária está submetida a constrangimentos materiais, sociais e políticos que imprimem marcas no trabalho docente. Os professores são impelidos a captarem recursos, sob a égide da noção de empreendedorismo, para desenvolverem pesquisas.

O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016) impôs uma agenda privatizante e regressiva à educação superior e à pesquisa pública. Por esta legislação é possível criar núcleos de pesquisa de direito privado no interior das universidades. Esses núcleos podem ter pesquisadores pagos com recursos públicos, assim como podem utilizar a universidade para produzir pesquisas para o setor privado. Os sindicatos das universidades públicas reunidos no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES/-SN – têm denunciado esse ataque à universidade e ao ofício docente, mas a lei é mantida. Os professores e pesquisadores das universidades podem trabalhar nos núcleos de pesquisa criados, auferindo rendimentos por atividades realizadas tanto no setor público como privado, o que sem dúvida terá reflexos nos contratos de dedicação integral e exclusiva. Ao permitir o compartilhamento da estrutura física e capacidade intelectual da universidade com empresas, a Lei 13.243/2016 flexibiliza os contratos de trabalho e o conceito de pesquisa nas universidades.

A autonomia universitária, segundo Marilena Chauí (1989), estaria ameaçada pela definição externa da gestão, das metas, dos objetivos, dos índices de produção. Nos termos de Bianchetti e Machado (2009, p.50):

Produtividade, competição, produtivismo, *burnout*, doenças do trabalho, assédio moral, sobrecarga, intensificação, angústia, barateamento, mediocrização, classificação, ranqueamento, punição, *Lattes*, pressão, publicação, *Qualis*, cansaço, desconforto, doença, estresse, redução de tempo, tempo médio de titulação (TMT) etc. são palavras que frequentam cada vez mais o universo vocabular de professores.

4. O INGRESSO NA UNIVERSIDADE: TEMPORÁRIOS E ESTÁVEIS

O ingresso dos professores nas universidades públicas a partir de um sistema de reconhecimento científico por meio de concursos públicos para avaliar o mérito acadêmico, grosso modo, começou a ser realizado na década de 1980, resultante de dispositivo da Constituição Federal de 1988. As três universidades – USP, UNESP e UNICAMP – possuem, formalmente, isonomia quanto às formas de ingresso e contratação de professores e funcionários técnico-administrativos.

Ainda que o concurso deva ser a única forma de ingresso na carreira docente, as três universidades não abandonaram a forma de ingressos por processos seletivos simplificados. Esses processos têm sido utilizados para recrutar professores com contratos temporários, com duração determinada, emergenciais para substituir professores ou para suprir postos de trabalho vagos, portanto empregos precários.

Na USP, entre março de 2015 e julho de 2017, o número de professores temporários quintuplicou, passou de 39 para 196. Entre julho e agosto de 2017, foram abertos 74 processos de seleção para professores temporários, houve um crescimento de contratos temporários de 0,63% para 3,32%, no contingente total de professores.

A seleção de professores temporários, nas três universidades, é realizada mediante avaliação de mérito acadêmico com provas públicas. Na USP e na UNICAMP, os professores temporários possuem uma jornada semanal de 12 horas de trabalho e lecionam duas disciplinas por semestre, além de participarem de reuniões; para tanto recebiam, se tivessem o título de doutor, um salário de R\$ 1.849,66 (equivalente ao salário MS3.1 em Regime de

Turno Parcial). Tal tipo de contratação foi criticada pelo presidente da Adusp em setembro de 2017, no depoimento abaixo:

A contratação de professores temporários é uma precarização gigantesca do trabalho docente, impondo aos colegas jovens uma exploração em troca de algum ganho de experiência. Além disso é, evidentemente, um problema para a qualidade de ensino, pois independentemente dos méritos e da vontade do colega, o fato é que quando este já estiver familiarizado com o curso seu contrato de trabalho estará se encerrando e logo em seguida entrará o novo professor que vai começar tudo do zero.

Na UNESP, os professores substitutos são contratados pela CLT pelo período de cinco meses, para trabalhar em jornada de 12 e 24 horas semanais de trabalho, portanto são contratações semestrais. A cada semestre há uma seleção com avaliação da “capacidade técnica, intelectual e didática” e novos contratos temporários. Em julho de 2017 foram abertas as contratações de 166 professores temporários. Atualmente são, cerca de 800 professores substitutos na UNESP.

Muitos de nós já cumprimos nossos quartos ou quintos contratos temporários [...] mantêm contratos em condições absolutamente indignas. [...] podemos ou não termos o contrato prorrogado por novo semestre letivo. [...] Ao final do ano letivo o contrato é encerrado, sem haver qualquer garantia de retorno às atividades que haviam sido iniciadas e desenvolvidas junto aos alunos. [...] pelo tipo precário de contrato “temporário” que nos impede gozar de férias; de nossos direitos trabalhistas; de continuar nossos projetos pedagógicos anuais e pela remuneração consideravelmente inferior se comparada aos professores efetivos (Depoimento docente, Unesp, 15/09/2017).

Também há diferenciações entre os contratos e regimes de trabalho dos que ingressam na universidade, após aprovação em concursos públicos, para cargos públicos. As provas nos concursos públicos nas três universidades são semelhantes, de forma geral uma banca examinadora avalia mediante provas a didática e o conhecimento e produção científica.

5. REGIMES DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES

Nas universidades paulistas há três regimes de trabalho: Regime de Dedicção Integral e Exclusiva à Docência e à Pesquisa (RDIDP), Regime de Turno Completo (RTC) e Regime de Turno Parcial (RTP). Os professores em RDIDP dedicam-se integralmente ao ensino, à pesquisa e à extensão¹⁹; nas três universidades, 77% se inserem neste regime de trabalho. Os professores em RTC trabalham 24 horas semanais em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os professores em RTP trabalham 12 horas semanais em atividades de ensino.

Ao ingressar na universidade, para um cargo efetivo, os professores, assim como todos os trabalhadores no setor público, submetem-se a um estágio probatório de três anos, podendo ou não ser efetivado após este período, mediante avaliação de desempenho. A USP, nos anos recentes, tem prorrogado o estágio probatório por mais três anos, confrontando-se com o dispositivo constitucional. Os professores na USP possuem, portanto, um estágio probatório de seis anos.

Na UNICAMP, os professores aprovados em concursos públicos são contratados por Regime de Turno Parcial de 12 horas de trabalho semanais, e passam ao Regime de

¹⁹ Para o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), a “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Dedicação Integral e Exclusiva (RDIDP) após análise de mérito. Na UNESP, os professores são contratados por dois códigos de trabalho, pelo estatuto de funcionário público e pelo código dos trabalhadores do setor privado (Consolidação da Leis do Trabalho – CLT)²⁰ em RDIDP. Na USP, os professores são contratados após a aprovação em concurso público no Regime de Dedicação Integral e Exclusiva.

Portanto, entre as três universidades públicas estaduais há diferenças nas formas de contratação de seus professores, não há um regime jurídico único, o mesmo trabalho e dois tipos de contratos diferentes: estatutário e CLT (de direito privado), com direitos trabalhistas diferenciados. As avaliações de desempenho acadêmico dos professores têm permitido a flexibilidade nos contratos de trabalho, como podemos ver nos relatos de professores abaixo:

Na UNESP houve pelo menos um ou dois professores por unidade rebaixados de RDIDP (dedicação integral e exclusiva) para RTP (tempo parcial). (professor Unesp, 2017).

O professor (...) descobriu no holerite que havia sido rebaixado para RTP. O salário RTP é 30% do salário RDIDP. (professor Unicamp, 2017)

Uma coisa é o departamento determinar que o importante seja do RDIDP. Outra coisa é o edital. A ideia é fazer como o da Unicamp. Na verdade, seria transformar os editais da USP para serem iguais ao da Unicamp (...). Na Unicamp todos os editais são em RTP com indicação para RDIDP. Qual é consequência disso? Que o docente pode perder o RDIDP a qualquer momento na carreira. A razão é clara. É poder rebaixar [de RDIDP para RTP] alguém que absolutamente não tem proficiência. (Depoimento do presidente do grupo de trabalho sobre Atividade Docente na USP em reunião de 20/08/2015, publicado pela Adusp).

Os dados do Censo do Ensino Superior, referentes a 2014, informam que nas universidades estaduais públicas havia 77% dos professores em regime de trabalho de dedicação integral e exclusiva (RDIDP); 15,5% em tempo parcial; e, 7,5% com contratos temporários, eventuais ou intermitentes, portanto precários.²¹ O aumento dos contratos precários e a diminuição do poder de compra dos salários instaura a precariedade no trabalho de professores e pesquisadores no estado de São Paulo.

Estará por trás dos contratos temporários um projeto de dividir os professores entre pesquisadores com direito a contratos estáveis e com dedicação exclusiva e professores destinados apenas a trabalhar com atividades didáticas em turno parcial e contratos precários? A racionalidade econômica determinaria as políticas universitárias?

Multiplacam-se os contratos flexíveis e precários (HORA, 2006), não só por contratos temporários para substituição de professores, mas também mediante bolsas e programas de estágio docente para doutorandos. Para além da flexibilização de direitos e contratos de trabalho, há uma outra dimensão do trabalho precário nas universidades, trata-se do trabalho voluntário, “atividade não remunerada, prestada por pessoa física (...) o serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdência ou afim” (Lei 9.608, 8/2/1998, artigo primeiro).

Nas três universidades públicas, os professores aposentados assinaram um termo de adesão ao programa de voluntariado. As motivações que levam esses professores à assinatura do termo de adesão são “necessidade de manter o vínculo institucional com a universidade”, o

²⁰ O professor contratado pela CLT pode ser demitido pelo diretor da unidade a qualquer tempo.

²¹ Em 2013, nas instituições de ensino superior públicas brasileiras, 81,6% dos professores trabalhavam em tempo integral, 11,9% em tempo parcial e 6,5% com contratos por hora (horistas). No estado de São Paulo, tomando o conjunto das instituições de ensino superior públicas, temos 72,9% em tempo integral; 14,7% em tempo parcial; e, 12,4% horistas.

“interesse em continuar pesquisando”, “o prazer pelo trabalho”, o “apeço pela universidade”. “Não quero parar de trabalhar, mas não suportava a intensidade do trabalho”. De forma geral esses professores mantêm o vínculo somente com os programas de pós-graduação.²² Trata-se de um trabalho altamente qualificado sem a contrapartida financeira, o que desvela a precarização do trabalho docente voluntário (GUIMARAES; SOARES; CASAGRANDE, 2012).

Poderíamos afirmar que há um movimento de ataque ao ofício por meio de um processo de racionalização movido pelas noções de eficiência, eficácia e produtividade que funcionam como técnicas de controle social (IANNI, 1997), que contamina todas as relações, coletivos de trabalho e instituições. Portanto, há novos contornos no trabalho docente.

6. SALÁRIOS NAS UNIVERSIDADES

Até maio de 2015²³, era possível afirmar que havia isonomia salarial, nas três universidades públicas. Em 2015, ano do último reajuste de salários nas universidades, os professores da UNESP não receberam nenhum reajuste nos salários, enquanto os professores da USP e da Unicamp tiveram 3,0%. É relevante indicar que a inflação brasileira no período de 2015 a 2016 foi de 9,34% e de 2016 a 2017 foi de 3,25%. Portanto, observa-se a deterioração do poder de compra dos salários dos professores das universidades estaduais públicas de São Paulo.

Atualmente na USP e na UNICAMP, um professor em início de carreira (Professor Doutor MS3.1) em Regime de Turno Parcial (RTP, 12 horas semanais) tem um salário de R\$ 1.849,69; em Regime de Turno Completo (RTC, 24 horas semanais) salário de R\$ 4.695,29; e, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP, 40 horas semanais) salário de R\$ 10.670,95²⁴.

O argumento para a não recomposição de salários de professores corroídos pela inflação é o de que há insuficiência de recursos financeiros. Como já escrito acima, as universidades são financiadas com 9,57% do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (a quota-parte do estado)²⁵. Esses recursos têm diminuído pelas políticas de isenções fiscais do governo do estado de São Paulo, transferindo recursos do setor público para o setor privado, conforme nos informa o diretor da Adunicamp (2017): a “insuficiência financeira das autarquias estaduais é de responsabilidade do Estado, e não de cada uma delas [...]. Resumindo, o governo do Estado de São Paulo não considera as universidades como uma prioridade.”

A noção de precariedade remete, como se observa, aos empregos inseguros em razão da duração dos contratos e da não garantia de direitos trabalhistas.

Somada à multiplicação de contratos flexíveis e temporários, o trabalho docente se intensifica não somente em decorrência da supressão de postos de trabalho após a aposentadoria dos professores²⁶, mas também pelas políticas de avaliação, que impõem um

²² Na USP, o professor voluntário é denominado de professor colaborador sênior e na Unicamp é denominado professor colaborador voluntário.

²³ Em maio de cada ano, os representantes sindicais (Fórum das Seis) e os reitores das universidades (CRUESP) se reúnem para repactuar os termos dos contratos coletivos de trabalho, tais como a revisão salarial e outras questões trabalhistas. O Fórum das Seis é composto pelos sindicatos de professores (ADUSP, ADUNESP, ADUNICAMP) e de funcionários técnico-administrativos (STU, SINTUSP, SINDUNESP), além do sindicato das escolas técnicas e faculdades tecnológicas do estado de São Paulo. O CRUESP é o Conselho que reúne os três reitores. No setor público no Brasil não há Convenção Coletiva de Trabalho.

²⁴ Um professor titular (final de carreira) com 30 anos de trabalho, em RDIDP, tem um salário de R\$ 23.799,49.

²⁵ Esse imposto é dividido entre os entes da federação (união, estados e municípios).

²⁶ Nas três universidades há programas de diminuição do emprego de funcionários públicos. Há uma combinação de supressão de postos de trabalho decorrentes da aposentadoria; de substituição de um aposentado em cada três

produtivismo acadêmico. O debate estabelecido no âmbito sindical – ADUSP, ADUNICAMP e ADUNESP – tem apontado que o movimento de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho tem conduzido a processos de adoecimento dos docentes e/ou de aposentadorias. O trabalho se torna permeável à precariedade e ao sofrimento relacionado à desagregação das respostas coletivas às agressões que os professores sofrem no trabalho.

Os professores se mobilizam o tempo todo para dar conta do trabalho solicitado, para conciliar as inúmeras atividades – ensino na graduação e na pós-graduação, pesquisa, publicações, orientações de teses e dissertações, atividades administrativas, relatórios, pareceres –, com objetivos de produtividade e qualidade, que lhes são impostos e nem sempre são compatíveis. É preciso dar provas, o tempo todo, de que são competentes e produtivos, pois são também o tempo todo avaliados, comparados e julgados. Nesta direção, o sentimento de fracasso se traduz em adoecimento e evidencia incertezas que pesam sobre os professores, fundamentos do sentimento de precariedade vivenciado pelos professores.

Na UNESP havia uma planilha de avaliação, quem não fizesse 70 pontos era rebaixado. Houve uma mobilização dos docentes para suspender a planilha. A nova avaliação é do departamento e não do professor. Transferiu-se para o coletivo, para o departamento, o conflito entre os colegas. Há uma horizontalidade e os colegas se devoram. Os que vestem a camisa da universidade e que se orgulham de ter atingido os pontos da planilha de avaliação consideram que os demais estão na vadiagem, na improdutividade. (professor Unesp, 2017).

A partir dos dados do CNPq, dos Censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa, Fernando Henrique Protetti (2015) analisou a evolução anual da produção científica dos professores brasileiros no período entre 2002 e 2010. Ele concluiu que a produção total de artigos, livros, capítulos de livros, trabalhos completos publicados em anais de congressos cresceu 242,2%. Artigos publicados em periódicos nacionais cresceram 258,5% e em periódicos internacionais, 265,1%; livros publicados cresceram 189,3%; capítulos de livros 326,6% e trabalhos completos em congressos 195,4%. Tomando cada pesquisador individualmente, em 2002 cada pesquisador brasileiro publicava por ano 2,74 artigos, livros ou capítulos de livro, em 2010 a média era de 3,94. Os dados apresentados evidenciam que em menos de uma década houve um forte crescimento da produção científica dos professores, o que nos possibilita indicar a intensificação do trabalho docente.

Os professores que possuem empregos estáveis, como o professor do depoimento acima, vivenciam também a precariedade como sentimento de isolamento, de não atingir as metas e os objetivos exigidos pelas avaliações. Os professores pesquisados apontam, cada vez mais, penosidades no trabalho docente, as dificuldades para fazer o ofício, para dominar as lógicas profissionais diferentes daquelas nas quais se inscreve o trabalho intelectual. Elas atacam o sentido do ofício²⁷. Pesquisar, estudar, refletir, escrever exige tempo que vem sendo cada vez menor, pela pressão social que promove a cultura do imediato e da urgência, com projetos desenvolvidos em ritmo cada vez mais rápido. E aqueles que não se submetem a esse ritmo são considerados preguiçosos, como observado no depoimento citado acima. As mudanças nas formas de emprego são um dos fenômenos observados juntamente com a intensificação e a complexificação das relações de trabalho, nas quais se evidencia um processo crescente de individualização do professor, fragilizando-o socialmente, conforme testemunham os professores abaixo:

ou dois; entre outros. No atual momento, na USP há um Programa de Demissão Voluntária de funcionários técnico-administrativos.

²⁷ Ver os estudos de Fortino e Linhart (2011); Fortino (2013).

Os professores estão desmobilizados, não participam, estão assoberbados, não tem mais tempo. Há uma crise de sociabilidade na universidade. É a reestruturação produtiva com todas suas repercussões, colocando em jogo a integridade física e psíquica dos professores (professor UNESP, 2017).

Há um estresse laboral e assédio moral institucional sem paralelo, ataca a função da universidade. É tempo de reagir contra o produtivismo acadêmico (professor USP, 2017).

7. ESTADO, *NEW MANAGEMENT PUBLIC* - ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Vários dispositivos e repertórios são colocados em prática com o propósito de instalar o *new management public* e assim recompor e redirecionar o Estado no financiamento de políticas públicas. No Brasil, as diretrizes políticas foram implementadas pela “Reforma do Estado”, determinando as responsabilidades políticas e administrativas de inspiração neoliberal. O termo modernização, tanto no Brasil como na França, tem sido utilizado para designar um conjunto de mudanças nas relações de trabalho, na organização dos trabalhadores, bem como na ação pública do Estado. No Brasil, o papel do Estado na organização, na gestão e no financiamento das universidades tem sido confrontado com processos de privatização na esfera estatal para torná-la mais eficaz e eficiente como sinônimo de modernização.

O chamado trabalho moderno se caracteriza pela gestão personalizada ou individualizada (GAULEJAC, 2005) do trabalho docente. As orientações e práticas se organizam fundamentalmente na perspectiva da racionalização, das variáveis econômicas e do controle sobre o trabalho de professores e pesquisadores, como inevitáveis à modernização. Elas respondem às lógicas empregadas pelos produtores do pensamento gerencial elaborado pelos escritórios de especialistas (*think-tanks*) internacionais e nacionais.

A reforma do Estado brasileiro foi conduzida pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e objetivava a construção de um modelo de Estado Social-Liberal. O Estado deveria ser reduzido, principalmente, quanto ao número de funcionários públicos, em razão dos programas de privatização, terceirização e “publicização”²⁸; e deveria ser fortalecido por meio de uma administração pública gerencial (*new management public*), que garantisse a governança e a governabilidade²⁹ com a colaboração de instituições de intermediação de interesses. Ao delimitar a área de atuação do Estado, as universidades e centros de pesquisa científicas e tecnológicas poderiam ser consideradas “serviços não exclusivos” do Estado, poderiam ser transferidos para instituições não estatais com ou sem subsídios públicos. As universidades, na concepção da reforma, desenvolvem atividades consideradas competitivas, que podem ser controladas pela administração pública gerencial (*new management public*) ou pela constituição das organizações nomeadas “quase mercados”.

Cito um exemplo paradigmático. A Universidade de São Paulo (USP) contratou a consultoria internacional *McKinsey & Company* e a Organização Social *Comunitas: Parceria pelo Desenvolvimento Solidário* para a criação de um “modelo de captação de recursos e gestão administrativa e financeira” da universidade. Dentre as sugestões apresentadas pela

²⁸ “Publicização” é entendida, na reforma do Estado, como a transferência de serviços sociais e científicos estatais para o setor público não estatal, tais como as Organizações não governamentais (ONG); Organizações Sociais (OS), Organizações da sociedade civil de interesse social (OSCIP), entre outras.

²⁹ Governança é um termo criado pelo Banco Mundial indicando a situação em que um governo tem condições financeiras e administrativas para concretizar as decisões que toma. Governabilidade, também termo criado pelos organismos multilaterais, indica a situação em que os governantes contam com apoios políticos para governar (FRISCHTAK; ATIVAS, 1996).

consultoria, algumas já estão sendo implementadas, entre elas a desvinculação dos hospitais da universidade, diminuição do número de postos de trabalho de funcionário técnico-administrativos, criação de fontes privadas de receita, fixação de teto de gastos com salários, avaliação personalizada dos professores com mecanismos de estímulos à progressão horizontal e o reconhecimento de diferentes perfis de professores. A consultoria *McKinsey & Company* trabalhou, em um projeto do governo Fernando Henrique Cardoso, como facilitadora do processo de privatização das telecomunicações no Brasil; segundo a professora Sonia Kruppa da Faculdade de Educação da USP:

É absolutamente impressionante o silêncio da imprensa em relação ao que está acontecendo: a maior universidade pública da América Latina sofrendo intervenção externa de consultoria norte-americana, sem consulta às suas instâncias internas, repensando modelos de financiamento e gestão administrativa e nada é noticiado pelos grandes veículos de comunicação [...]. Abre-se espaço para a privatização, a lógica do mercado adentrando mais ainda, e agora silenciosa e veladamente na mais importante universidade pública do país (Adusp, 11/2016).

O setor público tem incorporado métodos de gestão desenvolvidos no setor privado, que elaboram um discurso centrado na valorização das qualidades, das competências e na capacidade de iniciativa, de forma a criar condições para a mobilização das subjetividades dos professores singularmente considerados. É possível inferir que se trata, atualmente, de mobilizar cada professor para “fazer melhor uso de si mesmo”, da forma mais eficaz possível, segundo critérios selecionados. A noção de qualidade do trabalho docente que daí emerge é definida como competências e medida pela produtividade. A produtividade é medida e orientada pelos critérios de quantidade (quanto se produz), tempo (em quanto tempo) e custo do que se produz. Não se pergunta sobre o que é produzido, para quem ou para quê (CHAUI, 2017). Resulta desse quadro o desestímulo do pesquisador:

Ciência não se produz por metro quadrado. (...). As ciências progridem no campo da incerteza e não das certezas métricas e cronológicas. Um pesquisador de verdade pode dedicar boa parte de sua vida a pesquisas sem resultados, simplesmente descartando hipóteses não confirmadas. Nem por isso seu trabalho será irrelevante. No entanto, as ciências progridem através desses fracassos que aplainam o caminho para outros pesquisadores. Sem contar as descobertas acidentais, que dependem do acaso e da mente científica consolidada.

O desestímulo de agora ao trabalho científico e aos jovens pesquisadores constitui deplorável retrocesso (José de Souza Martins, nov., 2016, publicado pela Adusp).

Em 2011, numa reunião sindical, um professor indagava: “quanto tempo aguentaremos?” Na pesquisa, sobre o trabalho docente nas universidades, em desenvolvimento essa pergunta se mantém. Mas, “Ainda é tempo de resistir” responde a Adusp no título do dossiê publicado, em maio de 2017, sobre o “produtivismo acadêmico”. Reproduzo abaixo a resposta de um professor sobre o que diria a um jovem professor, ingressante na universidade sobre as condições de construção de uma carreira científica:

Eu dar um conselho? Eu acho que o conselho que eu daria é... Sinceramente? Pense bem no que você veio fazer, no que você quer da vida. Porque se for para formar pessoas, ou você tenta mudar esta universidade ou vai para outro lugar. [Silêncio]. Enfim, pergunte o que você quer de fato. Se você tem um modelo de universidade que não existe mais, talvez, enfim, o professor universitário, ou seja, a universidade (...) se você está pensando nesse tipo de

universidade repense. Repense. Pense direitinho. Tenha uma conversa sincera consigo mesmo, porque talvez você tenha uma imensa decepção. Então, esse é o conselho que eu dou. Tenha coragem de pensar agora, porque depois que você está dentro você é, geralmente, simplesmente abduzido. Você entra no jogo e é muito difícil sair do jogo, é muito difícil dançar uma outra música. (professor UNICAMP, entrevista realizada por Fernando Protetti).

As três universidades do estado de São Paulo vêm experimentando a implantação de padrões de gestão e de produtividade oriundos da empresa privada, sem que haja necessidade de deixarem de ser públicas. Essa prevalência do mercado tem corroído a ação coletiva, e, segundo Franklin Leopoldo e Silva (2015), ela também empobrece intelectualmente o trabalho de professores e pesquisadores. O trabalho intelectual significa trabalho coletivo, mas o que se observa é a indução dos professores ao individualismo, naturalizado pelas pressões de competitividade, fazendo da produtividade um fim em si mesma.

8. PARA CONCLUIR

A sociedade brasileira tem vivenciado períodos democráticos relativamente curtos, e, de forma geral, buscou-se estabilidade política por meio de métodos não democráticos e práticas de clientelismo político que recorrem frequentemente à corrupção. O Brasil, historicamente, pode ser caracterizado como um “híbrido institucional” marcado pela insuficiência de dispositivos legais de acesso aos direitos sociais (tal como emprego protegido e igualdade de renda).

A pesquisa observou inúmeras contradições, nos quais os professores enfrentam a flexibilização do emprego, da jornada e dos tempos de trabalho. O sentido geral das políticas universitárias aponta para a dominação liberal conservadora com implicações negativas na vida universitária, tais como os contratos temporários, as avaliações que medem a produtividade e transforma qualidade em quantidade.

No Brasil, as evidências empíricas apontam que as intervenções do Estado nas relações de trabalho no setor público se dão na definição de normas que enfatizam, contraditoriamente, a desregulamentação, tornando o direito do trabalho mais flexível.

REFERÊNCIAS

ADUSP. **Nebuloso, projeto ameaça autonomia da USP, advertem docentes**. 04/11/2016, Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/denuncia/2737-nebuloso-projeto-ameaca-autonomia-da-usp-advertem-docentes> (acesso em 11/07/2018).

ANTUNHA, Heládio. **Universidade de São Paulo: fundação e reforma**. São Paulo: CRPE, 1974.

BECK, Ulrich. **La sociologie du risque**. Sur le voie d'autre modernité. Paris: Flammarion, 2001

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). **Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. ; MACHADO, A. M. N. Trabalho docente no stricto sensu: publicar ou morrer? In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

_____. ; _____. **“Reféns da produtividade” sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação.** 2007. Trabalho apresentado na XXX Reunião Anual da Anped, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3503-Int.pdf>>. Acesso em 02 set. 2009.

BRESSON, Maryse. **Sociologie de la précarité.** 2a. ed. Paris: Armand Colin, 2012

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade na comunhão paulista.** São Paulo; ed. Cortez, 1982

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Avaliação irracional da pesquisa e eclipse da docência na USP. **Revista Adusp**, p. 54-65, maio 2017.

_____. Produtividade e humanidades. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 1989.

DOSSIÊ “Produtivismo Acadêmico” – (ainda é) tempo de reagir. **Revista Adusp**, n. 60, maio 2017.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 70, 1980.

ENGLER, Joaquim José de Camargo (editor). **Anuário Estatístico USP.** São Paulo: VREA/USP, 2014. Disponível em https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP_2014.pdf (acesso em 11/07/2018)

FIQUEIREDO, Vilma; SOBRAL, Fernanda. A pesquisa nas universidades públicas brasileiras. In: SILVA, Alberto Carvalho da. **Universidade pública.** Política, desempenho e perspectivas. Campinas : Papirus, 1991.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária,** Manaus, 2012. Disponível em <http://pproex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf> (acesso em 11/07/2018)

FORTINO, Sabine. Quand les logiques du privé investissent le secteur public : destabilisation des collectifs et reflux de la participation. **Revue Participations.** Ed. de Boeck, n. 1, p. 53-76, 2013.

_____. ; LINHART, Danièle. Compreender le mal-être au travail : modernisation du travail et nouvelles formes de pénibilité. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 16, n. 25, São Paulo, p. 35-67, 2011.

FRISCHTAK, Leil. & ATIYAS, Izak (Orgs.). **Governance, leadership and communication.** Washington: Word Bank, 1996.

GAULEJAC, Vicent de. **La société malade de la gestion.** Idéologie gestionnaire, pouvoir mangérial et harcèlement social. Paris: Seuil, 2005.

GUIMARAES, V. N.; SOARES, S.V.; CASAGRANDE, M.D.H. Trabalho docente voluntário em uma universidade federal: uma modalidade de trabalho precarizado? Belo Horizonte: **Educação em Revista**, v. 28, n. 03, p. 77-101, set. 2012.

HEY, Ana Paula. Educação superior e produção do conhecimento: interfaces entre atores, instituições e políticas. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira dos (Orgs.). **Educação superior e produção do conhecimento** – utilitarismo, internacionalização e novo contrato social. Campinas: Mercado das Letras, 2015.

- HORA, Daniel. Precários na USP, drama sem fim? **Revista Adusp**, ago., 2006.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997
- LEOPOLDO E SILVA. Despolitização leva ao empobrecimento intelectual da USP. **Revista Adusp**, no. 57, p. 6-17, março, 2015.
- LIMONGI, Fernando. **Educadores e empresários culturais na construção da USP**. Dissertação (mestrado). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1988.
- LINHART, Danièle (Dir.). **Pour quoi travaillons-nous ?** Une approche sociologique de la subjectivité au travail. Paris : Edition Erès, 2008.
- _____. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007a.
- _____. **Les différents visages de la modernisation du service public**. Paris : La Documentation Française, 2007b
- _____. Modernisation et précarisation de vie au travail. **Papeles del CEIC**, 1(43) mar., p. 1-19, 2009.
- MANCEBO, Deise et al. Políticas de expansão da educação superior no Brasil – 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n.60, p. 31-50, jan./mar. 2015.
- MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. Recuperando a visão? Prefácio. In: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.
- PITA, Marina. Estresse laboral, assédio moral e burnout marcam o produtivismo. **Revista Adusp**, set., 2010.
- PROTETTI, Fernando Henrique. **Transformações no trabalho docente em sociologia/ciências sociais nas universidades estaduais paulistas nas duas últimas décadas**. 2015. 168 f. Relatório de qualificação (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- RANIERI, Nina. **Autonomia universitária**. As universidades públicas e a constituição federal de 1988. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**. A formação da comunidade científica no Brasil. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. São Paulo: editora Record, 2001.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

Recebido em março de 2018

Aprovado em maio de 2018